

Proposta redução no pagamento de juros

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — O economista-chefe do Banco Mundial (Bird), Stanley Fisher, aconselhou ontem o novo governo brasileiro a buscar uma forte redução temporária no pagamento de juros da dívida externa, nas negociações que iniciará com os bancos credores. Fisher disse que o alívio da conta de juros por uns cinco anos parece ser a melhor forma de o Brasil conseguir um acordo rápido com os bancos, usar bem os recursos oficiais que obteria para tornar viável tal acordo e abrir o espaço de que necessitará para realizar as reformas estruturais em sua economia.

"Com uma redução temporária, o País certamente obteria um desconto maior nos juros do que num acordo por 30 anos", justificou. O economista do Bird previu que, se o novo governo adotar um programa convincente de estabilização e ajustamento da economia, caminhará rapidamente para um acordo sob a égide do Plano Brady. Sua declaração, feita durante um almoço, em resposta a uma pergunta sobre as opções de redução da dívida já incorporadas ao Plano Brady que recomendaria ao novo governo, não representa uma posição formal do banco. Dá, no entanto, uma pista sobre o rumo que as discussões entre o Brasil e os credores poderão tomar.

Citando o vigor da economia do País e sua capacidade produtiva e exportadora, Fisher afirmou que, num cenário favorável, o País precisa só de um tempo para ajustar-se.

Ele acrescentou que o corte temporário da conta de juros seria, também, a forma mais eficaz de o Brasil usar os recursos que deverá obter do Fundo Monetário Internacional FMI e do Banco Mundial para financiar a compra de instrumentos de garantia que seriam oferecidos aos bancos em troca da redução.



AP-16/3/89

Brady: opções para dívida

OPÇÕES

A redução dos juros por um período predeterminado é a mais recente novidade do cardápio de opções disponível para os países endividados. Introduzida nas discussões entre a Venezuela e os bancos, elas aparentemente desbloquearam as negociações, que se arrastavam há quase seis meses. O fechamento do acordo passou, agora, a ser questão de semanas, segundo fontes bancárias.

O acordo do México, o primeiro e mais importante realizado até agora sob o plano anunciado há um ano pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, incluiu apenas mecanismos de redução de juros e principal válidos pelos 30 anos do reescalonamento negociado. Contudo, o efeito do corte de 35% negociado com os bancos foi em grande parte anulado por novos empréstimos de vários bilhões de dólares que o País levantou no Banco Mundial, no FMI e no Japão para comprar títulos do Tesouro americano. Esses títulos foram entregues aos bancos como garantia dos novos instrumentos pelos quais o México converteu a dívida passada que tinha com eles.